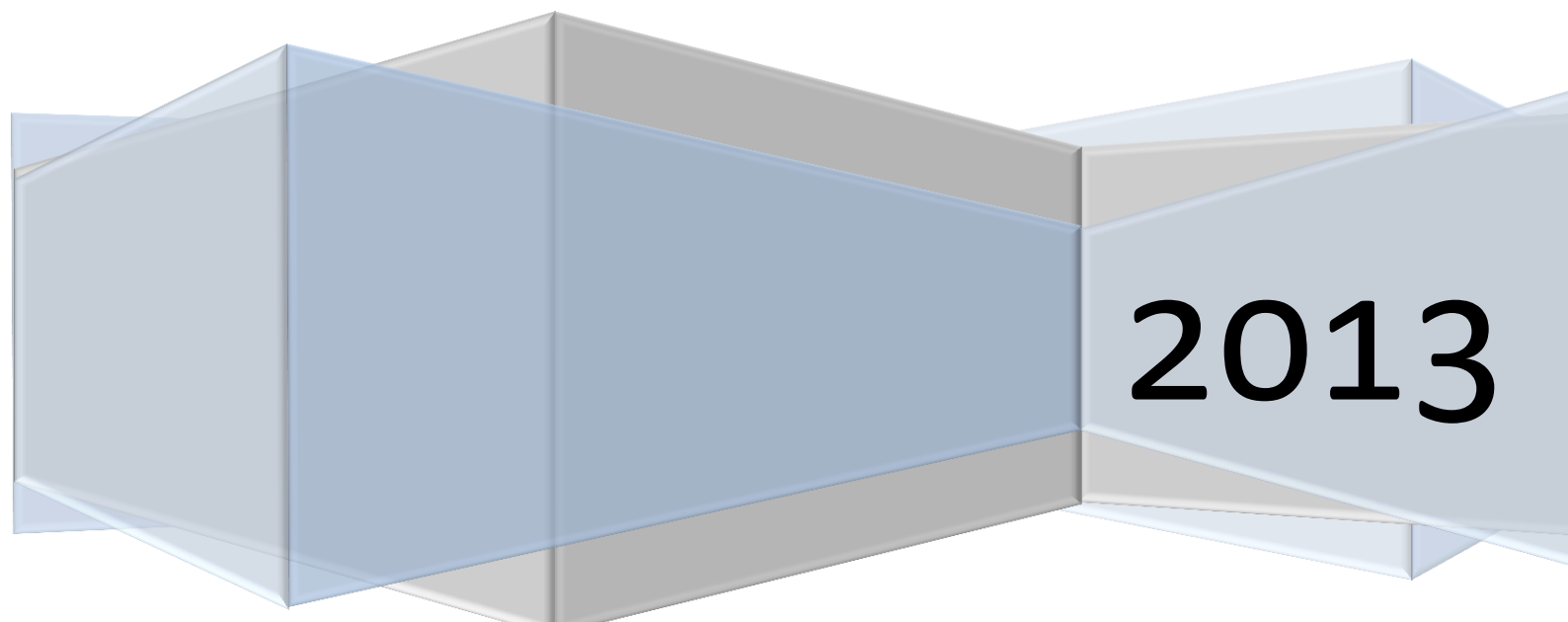


Assessoria de Monitoramento e Avaliação das Atividades Finalísticas
Secretaria Executiva
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Plano Anual de Monitoramento e Avaliação – PAMA

Relatório Anual



2013

Brasília, março de 2014

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	2
1. AVALIAÇÕES.....	3
2. MONITORAMENTO.....	7
3. ATIVIDADES DE SUPORTE À POLÍTICA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	21
4. ATIVIDADES DE CAPACITAÇÃO.....	30
CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES	32
REFERÊNCIAS	34

APRESENTAÇÃO

De acordo com a Portaria MCTI nº 397, de 5 de junho de 2012, que instituiu e regulamenta a Política de Monitoramento e Avaliação deste Ministério, cabe à Assessoria de Acompanhamento e Avaliação das Atividades Finalísticas – ASCAV, que é Secretaria Executiva da Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação – CPMA, elaborar e divulgar o Relatório Anual das atividades inerentes ao Plano Anual de Monitoramento e Avaliação – PAMA que explicita a Política.

O PAMA 2013 foi a primeira iniciativa deste Ministério associada a organização e institucionalização de uma política única de Monitoramento e Avaliação – M&A. Por isso, sua execução, além de atender os objetivos explicitamente descritos no Plano, serviu como laboratório para as ações de M&A do Ministério. Assim, o aprendizado foi elevado, principalmente para a equipe da ASACAV alocada na atividade, e em especial nas questões que envolvem o processo de contratação, elaboração e divulgação das atividades de M&A.

Em que pese o enfrentamento de dificuldades não planejadas, muitas foram as atividades realizadas ao longo do ano de 2013 e inerentes ao M&A. Este documento procura, portanto, descrever os esforços realizados no sentido de atender as demandas expressas no PAMA 2013.

Para descrever as atividades executadas ao longo de 2013, este relatório divide-se em três seções: (i) avaliações; (ii) monitoramento e; (iii) atividades de apoio.

1. AVALIAÇÕES

O PAMA 2013, fruto do trabalho da Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação – CPMA apresentou um conjunto extenso de avaliações: avaliação da Infraestrutura de Pesquisa das Unidades de Pesquisas e Organizações Sociais vinculadas ao MCTI; levantamento de resultados de projetos financiados pelos Fundos Setoriais; Avaliação do Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR; avaliação das Atividades de Cooperação Internacional do CNPq; Impacto do Programa Espacial – PNAE no desenvolvimento tecnológico da indústria nacional; avaliação dos impactos da Lei do Bem sobre os investimentos privados em P&D e; avaliação da Infraestrutura de pesquisa brasileira na área de petróleo e gás.

É importante destacar, nesse sentido, que em consequência do ineditismo da iniciativa, ao longo dos trabalhos percebeu-se que, algumas atividades descritas como avaliações, de fato não o eram. Assim, exigiu-se da equipe da ASCAV nova negociação com as áreas demandantes e, quando possível, um redirecionamento da demanda.

1.1 Avaliação da Infraestrutura de Pesquisa das Unidades de Pesquisas e Organizações Sociais vinculadas ao MCTI

Para esta avaliação foi elaborado Relatório Final Descritivo da pesquisa sobre a Infraestrutura das Unidades de Pesquisa do MCTI e consequente criação de formulário na base de dados do Diretório de Instituições do CNPq, com direcionamento da pesquisa sobre Infraestrutura em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. O formulário foi testado e em dezembro de 2013 se encerrou a etapa de coleta de informações. Do universo de 4.030 convites feitos para o preenchimento, se alcançou o número de 2.119 formulários preenchidos e enviados on-line para o CNPq. Destes, 295 dizem respeito às unidades de pesquisa do MCTI. No momento as informações estão sendo tratadas na base de dados criada e em fevereiro de 2014 os mesmos começam a ser analisados tanto pelo IPEA quanto pela ASCAV. Tal esforço de avaliação também deve contemplar a análise da infraestrutura de pesquisa brasileira na área de petróleo e gás. A parte que esta sendo realizada pelo IPEA, exigiu a elaboração de um TR, que incluía também a elaboração de uma proposta metodológica de *rating* que já foi quase toda concluída e já esta sendo, parcialmente, utilizada pela Finep.

Nesse sentido, foram elaborados quatro termos de referência – TR (PROANTAR, PNAE, Cooperação Internacional CNPq e Levantamento da Infraestrutura Laboratorial de Pesquisa no país). Destes quatros, dois (PROANTAR e PNAE) encontram-se em negociação com as áreas demandantes de forma a melhor adequá-los as necessidades destas.

1.2 Levantamento de resultados de projetos financiados pelos Fundos Setoriais

Depois de duas reuniões com a equipe demandante, verificou-se que, a atividade relacionada aos Fundos Setoriais não era, exatamente, uma avaliação. Tratava-se de uma demanda por monitoramento rotineiro, porém fundamental, de atividades relevantes para a área demandante. Contudo, em razão de negociações com a área, a ASCAV realizou extensa meta-análise das inúmeras avaliações já realizadas sobre os Fundos Setoriais. Tal meta-análise foi amplamente divulgada junto à área de interesse.

Destaca-se, nesse sentido, que o monitoramento solicitado foi realizado e que a base de dados dos projetos dos Fundos Setoriais foi atualizada.

1.3 Avaliação do Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR)

A avaliação do PROANTAR iniciou-se com um extenso mapeamento dos estudos de avaliação já realizados pelo Ministério e por outras instituições. Tal levantamento foi repassado a área demandante, que incorporou os achados. Depois de várias reuniões com a equipe demandante, o TR referente a esta avaliação estão processo de finalização. Espera-se que a contratação seja realizada em meados de 2014.

1.4 Avaliação das atividades de Cooperação Internacional do CNPq

Depois de quatro reuniões com a equipe demandante, foi elaborado TR adequados as necessidades dos demandantes. Tal TR já foi lançado, tendo permitido a contratação de

estatístico destinado a atuação na primeira fase de avaliação. O trabalho do consultor teve início em fins de fevereiro de 2014.

1.5 Impacto do Programa Espacial no desenvolvimento tecnológico da indústria nacional

A organização da avaliação dos impactos do Programa Nacional de Atividades Espaciais sobre a indústria brasileira foi realizada em duas etapas. A primeira constituiu-se de levantamento e revisão bibliográfica seguida de Nota Técnica sobre a proposta da avaliação. A segunda etapa contou com 7 reuniões da equipe técnica da ASCAV com a AEB e 2 com o CGEE para fazer ajustes e alinhamentos. Cabe explicar que já tinha sido contratualizado no 5º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão MCTI/FINEP/CGEE a realização de um estudo pelo Centro intitulado: “Recursos Materiais e Humanos para o Programa Nacional de Atividades Espaciais”. Dentro deste, seu Produto 3 propõe um “Levantamento das capacidades do parque industrial brasileiro e de sua força de trabalho relacionadas ao desenvolvimento de tecnologias para a área espacial”. Após análise do Termo de Referencia e do Relatório Parcial do produto 3, houve a recomendação de adotar este produto como item de execução da avaliação do PAMA 2013. Este entendimento foi validado pela DPEI/AEB e consensuado com o CGEE, mas ficou pendente de uma reunião técnica ASCAV/CGEE/AEB para discutir alguns ajustes e encaminhamentos para alinhar o produto às demandas da AEB.

Também foi sugerido desenvolver para 2014 duas propostas de estudo. Uma para aperfeiçoar os indicadores do PNAE e a outra uma avaliação das demandas institucionais e governamentais para a oferta de bens e serviços do PNAE.

1.6 Avaliação dos impactos da Lei do Bem sobre os investimentos privados em Pesquisa e Desenvolvimento

A atividade de avaliação associada a Lei do Bem não exigiu contratação, uma vez que, numa pesquisa bibliográfica exaustiva, foi identificado abrangente e recente estudo no qual consta resposta ao questionamento presente no PAMA. Nesse sentido, foi produzida Nota Técnica explicando o estudo e legitimando a não necessidade de

contratação. Tal Nota Técnica foi apresentada em Seminário Nacional sobre os resultados da Lei do Bem realizado pela SETEC.

1.7 Avaliação da Infraestrutura de Pesquisa Brasileira na área de Petróleo, Gás e Biocombustíveis

Essa atividade de avaliação está sendo executada em conjunto com a atividade de avaliação da Infraestrutura de Pesquisa das Unidades de Pesquisas e Organizações Sociais vinculadas ao MCTI. Ou seja, os pontos aqui elencados como 1.1 e 1.7, estão sendo tratados no mesmo TR fechado com o IPEA.

2. MONITORAMENTO

O PAMA 2013 identificou 12 atividades de monitoramento realizadas não somente no âmbito da Secretaria Executiva e da ASCAV, mas também nas Secretarias Finalísticas. O andamento destas 12 atividades, uma a uma, é descrito na sequência.

2.1 Monitoramento anual da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI)

Este monitoramento está em curso e tem sido feito pelo gabinete da Secretaria Executiva do MCTI. Para tanto, em parceria com a ASCAV foi elaborado questionário que posteriormente foi enviado às diversas unidades do Ministério. Neste momento, os questionários estão sendo preenchidos pelas unidades. Assim que os mesmos forem devolvidos ao gabinete da SEXEC esta, em parceria com a ASCAV deverá elaborar o relatório final.

2.2 Elaboração de Relatório Anual Estatístico de Resultado da Lei de Informática

Considerando as exigências legais, tal relatório já foi elaborado pela SEPIN, encontrando-se em fase de disponibilização e divulgação no site do Ministério.

2.3 Elaboração de Relatório Anual da Lei do Bem

Atualmente a equipe técnica da CGIT/SETEC está analisando as informações recebidas, até 31 de julho de 2013, de 1.042 empresas que preencheram o FORMIPD (formulário eletrônico). Essas empresas declararam que investiram, em 2012, R\$ 8,27 bilhões em P&D e, se estiverem em conformidade com a legislação do Capítulo III da Lei do Bem, poderão usufruir de até R\$ 1,61 bilhão em incentivos fiscais. Em geral, muito desses investimentos não atendem a legislação e, após a análise técnica da CGIT/SETEC, estes números devem ser menores para as empresas que forem consideradas habilitadas. A meta é disponibilizar o relatório até o final do ano no site do MCTI.

2.4 Elaboração de Relatórios sobre programas prioritários do Governo Federal

Dentre as atividades de monitoramento que são realizadas pela Coordenação-Geral de Programas – CGPG/ASCAV destaca-se o monitoramento mais próximo e contínuo das Ações constantes da Lei Orçamentária Anual (LOA), que são de responsabilidade do MCTI e que foram selecionadas, já durante a elaboração da PLOA, como de componentes das prioridades do Governo Federal. Essas ações prioritárias têm sido objeto de frequentes consultas por parte do Gabinete Adjunto de Informações em Apoio à Decisão – GAIA/CASA Civil.

A sistemática adotada para o monitoramento dessas ações prioritárias não se difere da sistemática geral adotada para o acompanhamento/monitoramento das outras ações da LOA. O único diferencial é de que o atendimento da demanda para o GAIA/Casa Civil se dá por meio de planilhas/formulários próprios.

Com o encerramento do ano, as informações dessas Ações também compõem o texto do MCTI enviado à Casa Civil para elaborar a Mensagem Presidencial e também para a confecção da Prestação de Contas da Presidenta.

2.5 Relatório Anual de Avaliação do PPA 2012-2015

O relatório Anual de Avaliação do PPA 2012-2015, só será concluído em meados de 2014, visto que o prazo para a inserção de informação no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) do governo federal só se encerrará em 15/02/2014. Não obstante, foi realizada a avaliação semestral, conduzida pela Secretaria de Planejamento e Investimento do Ministério do Planejamento (SPI/MP), que contou com a participação dos órgãos e unidades vinculadas do MCTI com o apoio da ASCAV. As informações prestadas contribuíram para a elaboração da Mensagem Presidencial, entre outros documentos no âmbito do MCTI.

2.6 Relatório de Acompanhamento da execução física e financeira do Plano Plurianual (PPA)

A ASCAV passou a elaborar semanalmente gráficos referentes à execução física e financeira do MCTI por Programa, Unidade Orçamentária, Ações e Planos Orçamentários. Essas informações passaram a ser encaminhadas ao Chefe da Assessoria. Não obstante, a ASCAV continua a exercer sua atividade de monitoramento qualitativo e quantitativo da execução da LOA 2013, utilizando-se do SIGMCT. Em 2013 o monitoramento passou a ser realizado semestralmente e as informações referentes às Ações e Planos Orçamentários foram coletadas no SIGMCT, e posteriormente exportadas para o SIOP. Para cada semestre foi realizado um balanço, tanto da execução física e financeira, quanto do grau e qualidade das informações prestadas. A realização dessa tarefa exigiu que fossem realizados vários treinamentos ao longo do ano, com os atores envolvidos na alimentação do sistema. Cabe salientar que foram respeitados os prazos e as orientações dadas pela SOF/MP e que esse processo se dá a luz da portaria da política de monitoramento e avaliação do MCTI e com a designação formal dos responsáveis para o acompanhamento das Ações e Planos Orçamentários. Portanto, esse monitoramento ocorreu de maneira plena e sistemática, tendo continuidade em 2014.

2.7 Monitoramento do Plano de Trabalho Institucional da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN)

O monitoramento do Plano de Trabalho da CNEN é realizado anualmente por meio do Relatório de Gestão Institucional, estruturado de tal forma que permite gerar uma avaliação dos diversos níveis de resultados da organização. O Relatório apresenta os resultados alcançados tanto na dimensão estratégica do planejamento – Programa Nuclear, PPA e ENCTI – quanto na dimensão institucional, por meio da avaliação dos diversos indicadores definidos para cada exercício. Além disso, o relatório também faz uma série de análises críticas do comportamento dos diversos processos operacionais, como orçamentário, financeiro, controle interno, pessoal, tecnologia da informação e logística. No ano de 2013, além da elaboração do Relatório de Gestão também foi elaborado um Relatório Executivo, condensando os principais resultados, com o objetivo de apoiar o processo decisório por parte da alta administração da CNEN.

2.8 Monitoramento Anual das Unidades de Pesquisa do MCTI – Termos de Compromisso de Gestão (TCGs)

Os TCGs são acordos firmados entre o Ministério e suas Unidades de Pesquisa, nos quais se estabelecem metas a serem atingidas durante o ano, traduzidas em indicadores pactuados mutuamente. O desempenho de cada UP de ser acompanhado semestralmente e avaliado anualmente pela Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa (SCUP/SEXEC), por meio da verificação do cumprimento das metas e indicadores acordados no respectivo documento.

Nos meses de fevereiro a abril de 2013 foi feita a avaliação dos resultados obtidos por cada Unidade de Pesquisa em 2012, em reuniões *in loco*, pela equipe da SCUP com Diretores, Coordenadores das UPs e representante do respectivo CTC – Conselho Técnico-Científico, e pactuadas as metas para 2013.

A pactuação para 2013 dos Termos de Compromisso de Gestão foram encaminhados ao Gabinete do Sr. Ministro em maio, para coleta de assinatura, após a aprovação e assinatura do Subsecretário da SCUP e do Secretário Executivo do Ministério. Todavia, tendo em vista a intenção do Sr. Ministro de promover o alinhamento das Unidades de Pesquisa com as Secretarias mais afins de suas atividades, os TCGs foram distribuídos entre as quatro Secretarias do Ministério (SECIS, SEPED, SEPIN e SETEC) que até o momento não retornaram à SCUP com a assinatura do Ministro ou dos Secretários.

Em agosto deste ano, conforme exigência legal foram realizadas as reuniões de acompanhamento da execução das metas pactuadas para o período, através de videoconferências, com base nos Relatórios Semestrais recebidos na SCUP.

Em função da determinação do Sr. Ministro para que se realize o Alinhamento das UPs com as Secretarias do Ministério, nos encontros de Avaliação dos Resultados dos TCGs obtidos em 2013 e a pactuação de metas para 2014, serão agregados à equipe da SCUP, no início do ano, representantes indicados pelas Secretarias mais afins à (s) UP (s). É possível, pois, que se venham somar novos indicadores e metas com base nas necessidades e pretensões dessas Secretarias.

2.9 Acompanhamento dos Planos Diretores das Unidades de Pesquisa (UPs)

Os Planos Diretores das Unidades de Pesquisa referem-se ao período 2011 – 2015 e estão absolutamente compatibilizados com a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – ENCTI 2012-2015

Encontrando-se em pleno funcionamento, os PDUs, realizados com a participação de todos os servidores das Unidades de Pesquisa, com base em metodologia elaborada por consultores contratados pelo CGEE em 2004, são acompanhados através de metas pactuadas em cada Plano, e expressas nos Termos de Compromisso de Gestão – TCGs, para seus 5 (cinco) anos de duração.

Dessa forma, além dos indicadores específicos (e respectivas metas) anuais constantes dos TCGs, neles estão as metas quinquenais dos PDUs, com os seus respectivos resultados alcançados no ano, permitindo, desta forma, o acompanhamento semestral e anual dos Planos Diretores

No próximo ano dar-se-á continuidade à execução dos atuais PDUs e já começarão às discussões para elaboração preliminar dos novos Planos Diretores para o período 2016 – 2020. É possível, no entanto, que, com base no citado Alinhamento UPs/Secretarias, ocorram pequenas modificações nos atuais Planos, com a introdução de novos indicadores demandados pelas Secretarias do MCTI. Tais modificações farão parte de aditivos a eles, até que se tenha um novo “Plano de Ação do Ministério”, para que se possa elaborar os Planos definitivos para cada UP.

2.10 Monitoramento Anual das Organizações Sociais (OSs) supervisionadas pelo MCTI – Contratos de Gestão (CGs)

O acompanhamento da execução dos Contratos de Gestão e dos programas de trabalho foi realizado mediante o controle e monitoramento do MCTI, coordenado pela CGOS/SCUP, e abrangeu os relatórios semestrais das OS's, a reunião e o relatório semestral da CA, reuniões administrativas e visitas técnicas, conforme orientações da Portaria 967/2011, art. 24, a saber: I - o relatório semestral das OS's explicitou informações que permitiram identificar as relações de causa e efeito entre as ações da instituição e as condições que afetaram seu desempenho; II - as CA's realizaram

reuniões semestrais de acompanhamento para monitorar a execução das ações, analisou o potencial de atingimento das metas anuais pactuadas e subsidiou correções de rumo, resultados e indicadores; III - a CGOS analisou os relatórios de acompanhamento semestral das CA's e elaborou 5 (cinco) Notas Técnicas para instrução ao processo dos contratos; e IV - as reuniões administrativas anuais com os gestores da OS foram realizadas em dezembro de 2013 com o objetivo de informar e esclarecer o órgão supervisor sobre os instrumentos de planejamento, gestão e controle da OS, bem como para instruir a elaboração do Relatório de Gestão anual de 2013.

Assim sendo, para cada OS's temos as seguintes informações de acompanhamento da execução dos contratos de gestão realizadas por meio da análise dos relatórios semestrais das OSs, e dos relatórios semestrais das Comissões de Avaliação (CAs), sob coordenação da CGOS/SCUP. O monitoramento ainda não é definitivo porque as avaliações anuais só ocorrerão em março/abril, a partir da entrega dos Relatórios de Gestão das OS's.

Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada - IMPA

A Comissão de Avaliação – CA do Contrato de Gestão celebrado entre o MCTI e o IMPA, reuniu-se no Rio de Janeiro, na sede do IMPA, no período de 23 a 25 de setembro de 2013, para avaliar os resultados alcançados pela Associação no período de janeiro a junho de 2013, em face das metas e dos indicadores de desempenho pactuados no Contrato.

Os membros da Comissão detiveram-se na análise dos dados e informações disponibilizados pela Direção da Associação e pela SCUP/MCTI, particularmente em relação à realização das atividades e dos produtos apresentados com vistas ao acompanhamento do indicativo de alcance das metas pactuadas.

A CA sugeriu, em caráter complementar ao trabalho de avaliação já realizado, que seja viabilizada pelo MCTI consultoria externa com objetivo de realizar pesquisa de avaliação de impacto, que incorpore as seguintes dimensões: (i) grau de excelência internacional – comparações com centros matemáticos de renome internacional (variáveis: publicações, redes de conexão, reuniões científicas, formação de profissionais, etc); (ii) medidas de impacto sobre a sociedade brasileira (variáveis:

disseminação da matemática, alcance da OBMEP, etc); (iii) contribuição do IMPA no histórico de criação do campo da Matemática no Brasil (papel dos Colóquios, das publicações e das atividades que, no horizonte do Contrato de Gestão, renovam esse campo e destacam a sua relevância).

Após analisar as informações do Relatório Semestral 2013 e discutir com a Direção do IMPA sobre as atividades em desenvolvimento na Instituição, a Comissão verificou a tendência de cumprimento dos indicadores pactuados apurados até 30/06/2013.

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE

A Comissão de Avaliação – CA do Contrato de Gestão celebrado entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP (interveniente) e o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE, instituída pela Portaria MCTI nº 891, publicada no DOU de 25/11/2011, em cumprimento ao disposto no seu art. 3º e, em consonância com o disposto na Cláusula Décima-Primeira – Da Fiscalização, do Acompanhamento e da avaliação de Resultado – do Contrato de Gestão celebrado em 27 de maio de 2010, reuniu-se em Brasília, na sede do CGEE, nos dias 03, 04 e 12 de dezembro de 2013, para acompanhar o grau de alcance das metas e indicadores pactuados, referentes ao período de janeiro a junho de 2013.

O trabalho da CA, durante a reunião semestral de acompanhamento da execução do Contrato de Gestão, iniciou-se com a apresentação formal do Relatório semestral 2013 pela Diretoria do CGEE. Ressalta-se que os membros da CA receberam o Relatório com antecedência de 10 dias da reunião. Em seguida, a CA realizou discussões sobre o acompanhamento da execução do Plano de Trabalho, envolvendo a análise do Relatório Semestral 2013 do CGEE, a verificação da execução do Plano de Ação, a análise da melhoria do Contrato de Gestão e o acompanhamento dos resultados do Contrato de Gestão. Por fim, elaborou e consolidou o Relatório de Acompanhamento Semestral 2013 da CA e a apresentou-o, evidenciando suas recomendações, à Diretoria de CGEE.

De forma resumida, a análise da CA pode ser agrupada em 3 partes: avaliação da realização das metas pactuadas, atendimento das recomendações anteriores da Comissão e elaboração de novas recomendações.

Com relação à avaliação das metas pactuadas, o trabalho da CA, em geral, durante reunião de acompanhamento da execução do Contrato de Gestão semestral, consiste em avaliar se há tendência no cumprimento das metas pactuadas nos Termos Aditivos firmados no ano. Entretanto, no ano de 2013, o trabalho da CA sofreu limitações, pois o 7º Termo Aditivo foi assinado tardiamente, em 20/11/2013, e houve redefinições dos conceitos e da organização dos esforços do CGEE em Subações e Atividades. Desta forma, não foi possível à CA medir a tendência de cumprimento das metas. Esta avaliação será realizada na reunião de avaliação da execução do Contrato de Gestão anual, agendada para os dias 01 e 02/04/2014.

Sobre o atendimento das recomendações anteriores da Comissão, a CA analisou 18 (dezoito) recomendações pendentes de cumprimento. Destas recomendações, 13 (treze) são destinadas ao CGEE – 4 (quatro) foram consideradas atendidas, 3 (três) em atendimento e 6 (seis) não atendidas; 4 (quatro) recomendações destinadas ao CGEE e MCTI conjuntamente – 2 (duas) foram consideradas atendidas e 2 (duas) em atendimento; e 1 (uma) ao MCTI, considerada atendida.

Não houve a elaboração de novas recomendações ao CGEE. Entretanto, houve a reiteração das recomendações não atendidas e em atendimento, totalizando 11 recomendações.

Uma avaliação mais aprofundada será realizada na Reunião Anual de 2013 da CA, a ser realizada na data provável de 01 e 02/04/2014.

CNPEM (Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais)

A Comissão de Avaliação (CA) reuniu-se em Campinas, na sede do CNPEM, nos dias 08 a 10 de outubro de 2013, para acompanhar os resultados alcançados no período de janeiro a junho de 2013, de acordo com as metas e indicadores de desempenho pactuados no Contrato de Gestão entre o Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM) e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

A CA analisou a execução do Programa de Trabalho e Plano de Ação através do Relatório Semestral 2013, e os resultados do Contrato de Gestão envolvendo: i) execução de programas, projetos e produtos pelo CNPEM no período, ii) publicação,

difusão e disseminação dos conhecimentos científicos adquiridos e produzidos; iii) ações e parcerias com atores públicos e privados nas atividades de P&D (Pesquisa e Desenvolvimento); iv) ações de transferência de tecnologia e inovação.

Tendo a CA analisado o Relatório Semestral de 2013 do CNPEM e, face aos esclarecimentos prestados pela sua Direção, a CA considerou como atendidas as seguintes recomendações, citadas em Relatórios anteriores:

- Incorporação de quadro demonstrativo da execução da implantação da nova fonte de Luz Síncroton – Sirius, para efeito de acompanhamento.
- Proposição de metas e indicadores mais desafiadores
- Revisão de metas e indicadores de desempenho assim como da própria sistemática de avaliação, dentro de uma visão mais abrangente, que reflita a nova institucionalidade e complexidade do Centro.

Dentre as recomendações que se encontravam em fase de atendimento, destacam-se:

- Descrição da gestão orçamentária financeira do Contrato de Gestão e de todas as demais fontes de recursos que integram o orçamento do CNPEM, contendo tabelas, fluxos financeiros, eventuais explicações sobre a aplicação dos recursos e de alavancagem de recursos. O CNPEM concordou em adicionar nos próximos relatórios uma tabela comparativa entre o valor orçado nos termos aditivos ao Contrato de Gestão e o realizado, com detalhamento em nível de Linhas de Ação.
- Prospecção de mecanismos eficazes de interação de professores e programas de pós-graduação com as universidades através de convênio com a CAPES, com o objetivo de aumentar taxa de supervisão de pós-doutores pelos pesquisadores do CNPEM.

Além disso, a CA reiterou a necessidade de implantação de sistemática para capacitação de técnicos externos, nas diferentes especialidades do CNPEM, bem como a necessidade de revisão das metas, indicadores de desempenhos e sistemática de avaliação, de maneira que os mesmos possam refletir de forma mais abrangente a nova institucionalidade e complexidade do Centro.

Com relação ao quadro de metas programadas para o ano de 2013, o CNPEM demonstrou tendência de cumprimento das metas na grande maioria dos indicadores pactuados.

A CA também fez novas recomendações ao CNPEM, tais como:

- Fornecer explicações detalhadas, no Relatório de Gestão, sobre fatores que favorecem ou atrapalhem o cumprimento de metas.
- Criação de ações eficazes de divulgação da possibilidade de utilização da infraestrutura disponível nos laboratórios nacionais do CNPEM para usuários externos, em todas as regiões do país.
- Criação de ação voltada à capacitação/atualização tecnológica para técnicos que atuem em instituições públicas de ensino e pesquisa, nas áreas de atuação dos laboratórios do CNPEM.
- Disponibilização dos documentos fundamentais do Planejamento Institucional, após conclusão do Planejamento Estratégico do CNPEM.

Após a análise do Relatório de Gestão Semestral do CNPEM, a CA concluiu que quase todas as metas pactuadas para cada um dos indicadores, passíveis de acompanhamento, apresentavam tendência de alcance. A CA congratulou o CNPEM pelas ações de aproximação com o setor industrial nacional, pelo Projeto Sirius e em por demais iniciativas desenvolvidas em todos os Laboratórios Nacionais do Centro, assim como pelo esforço e evolução institucional em todas as dimensões das atividades do Centro.

O relatório anual e conclusivo 2013 da Comissão de Avaliação será elaborado na reunião anual dessa comissão que será realizada em 13 e 14/03/2014.

IDS M (Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá)

A Comissão de Avaliação (CA) do Contrato de Gestão celebrado entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e o Instituto de Desenvolvimento Mamirauá (IDS M) reuniu-se na cidade de Tefé-AM, na sede do IDS M, no período de 14 a 18 de

outubro de 2013, para acompanhar os resultados alcançados pelo Instituto em face das metas e dos indicadores de desempenho pactuados no Contrato.

A CA analisou o Contrato de Gestão e seus aditivos, bem como o Plano Diretor do IDSM, período 2010 a 2015, e através do Relatório Semestral 2013 a CA analisou a execução do Programa de Trabalho, Plano de Ação e os resultados do Contrato de Gestão envolvendo: i) produção acadêmica (Documentos elaborados e/ou editados, revistas, livros, artigos em revistas indexadas, etc.); ii) difusão e disseminação dos conhecimentos científicos adquiridos; iii) integração com outros atores públicos (contratos administrativos, convênios, etc.); iv) quadro de Indicadores e Metas de desempenho pactuados para o exercício de 2013; v) sistemática de Avaliação.

Com relação ao quadro de metas programadas para o ano de 2013, o IDSM demonstrou tendência de cumprimento das metas na grande maioria dos indicadores pactuados. Além disso, atendeu a recomendações anteriores feitas pela CA, dentre elas a elaboração de série histórica, incluindo os últimos 10 anos, dos indicadores que compõem os macroprocessos.

O IDSM também demonstrou esforços no sentido de atender outra recomendação anterior, que consiste na elaboração de indicadores para avaliar a percepção dos diferentes atores sociais e comunidades das reservas sobre a atuação do IDSM na execução do Ciclo do Contrato de Gestão. Para isso, o IDSM estava buscando pesquisadores qualificados para desenvolver uma pesquisa visando identificar atores sociais e comunidades das reservas sob a atuação do IDSM e propor a elaboração dos indicadores.

Tendo em vista o crescimento e a modificação do IDSM nos últimos cinco anos, a CA recomendou que o IDSM apresentasse, no próximo relatório, um cronograma de atividades para o ano de 2014, relacionados à elaboração e implementação de um planejamento estratégico institucional.

No período da reunião, a CA realizou visitas técnicas às unidades do IDSM, acompanhada pela Direção da OS, que por sua vez, apresentou as atividades realizadas em cada:

- Pousada Uacari – apresentação do sistema de tratamento de esgoto.

- Projeto onças – demonstração dos equipamentos e tecnologias empregadas na pesquisa.
- Sítio de pesca do pirarucu – acompanhamento de pesca do pirarucu utilizando protocolos desenvolvidos pelo IDSM e utilizados pelos pescadores da associação no lago Pantaleão.
- Base Flutuante – compartilhamento de experiências com bolsistas de diferentes projetos desenvolvidos no IDSM.
- Vila Nova do Amanã – diálogo com lideranças da comunidade sobre a organização local e gestão dos recursos naturais. Observação do funcionamento do sistema de captação e bombeamento de água movido por energia solar.

A visita a campo demonstrou a grande importância da observação *in loco* da implementação das técnicas e benefícios gerados pelas pesquisas desenvolvidas pelo IDSM, permitindo uma melhor avaliação das atividades realizadas pelos pesquisadores e bolsistas ligados ao IDSM durante a execução do atual Contrato de Gestão celebrado com o MCTI.

- Após analisar as informações do Relatório Semestral 2013 e discutir com a Direção sobre as atividades em desenvolvimento na Instituição, a Comissão verificou a tendência de cumprimento dos indicadores apurados até 30/06/2013.
- O relatório anual e conclusivo 2013 da Comissão de Avaliação será elaborado na reunião anual dessa comissão que será realizada em 17 a 20/03/2014.

Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisas - RNP

A Comissão de Avaliação (CA) do Contrato de Gestão celebrado entre o MCTI e a RNP reuniu-se no Rio de Janeiro, na sede da RNP, nos dias 01 a 04 de outubro de 2013, para acompanhar os índices alcançados pela Associação no primeiro semestre deste ano, em face das metas e dos indicadores de desempenho pactuados no Contrato.

A partir da exposição do Relatório Semestral 2013 da RNP, os membros da Comissão se detiveram na análise dos dados e informações disponibilizados pela Direção da Associação e pela SCUP/MCTI, particularmente em relação à realização das atividades e dos produtos apresentados com vistas ao acompanhamento do indicativo de alcance das metas pactuadas.

A sugestão da CA de alterar a Sistemática de Avaliação, de forma a englobar os impactos causados pela atuação da RNP no meio em que atua e na sociedade em geral é de suma importância para o fortalecimento e aprimoramento do modelo de Organizações Sociais, que é bastante recente no Brasil e ainda encontra-se em construção. Controle finalístico não significa apenas mudar o período de avaliação de antes da prática dos atos para depois, mas também focar o atendimento ao cidadão-cliente e os impactos das ações na sociedade. Afinal, de que adiantaria fazer o que foi pactuado de maneira eficaz se a ação não era relevante do ponto de vista social-científico-tecnológico e não gerou efeitos positivos ao meio? Contudo, ressalta-se a importância de que os critérios e métodos de avaliação, qualitativos ou quantitativos, sejam delimitados de maneira objetiva e transparente, de forma a tornar o processo de avaliação claro aos cidadãos.

A sugestão da CA de que sejam providos modelos institucionais para garantir a sustentabilidade para as Redes Regionais (Redes-Metro) mostra-se pertinente pelas vantagens que este tipo de rede oferece, como simples administração, baixo custo, fácil interconexão e boa granularidade de banda. Para isso, é essencial que as instituições usuárias busquem soluções de conectividade não somente a nível interno, mas também a nível metropolitano e, nesse sentido, a RNP tem um papel essencial de articulação entre as instituições para formação de consórcios de atores públicos para alcance de objetivos comuns e provimento de acesso às redes nacionais a partir de redes metropolitanas, proporcionando ganhos compartilhados dos quais a sociedade científica em geral é beneficiada.

Nesse sentido a CA faz as seguintes recomendações à RNP, em caráter complementar ao trabalho de avaliação já realizado por esta CA:

- Criar um mecanismo periódico de acompanhamento do impacto da RNP em várias dimensões, tais como: sócio-econômica, científica, educacional, etc. Exemplos de aspectos qualitativos que podem ser levados em conta são: valor agregado intelectual; economias geradas com serviços de redes avançadas; potencial de inovação; potencial de inserção na cadeia produtiva; valor educacional; papel articulador e empreendedor da RNP com vários níveis de governo, setor privado, universidades, empresas e grupos de pesquisa; suporte a políticas públicas com impactos em outras comunidades; acordos de colaboração

nacionais e internacionais; papel indutor de novas tecnologias; papel de capacitação e criação de massa crítica na sociedade em sua área de atuação;

- Uma vez implantado o mecanismo, os resultados obtidos deverão permitir a elaboração de uma proposta de indicador(es) de impacto que venha(m) a ser incorporados ao processo de avaliação realizado por esta CA; e,
- Estudar a criação de indicador para medir as articulações com atores públicos e privados no desenvolvimento das ações da RNP (capital relacional da organização).

Após a análise do Relatório de Gestão Semestral 2013 e discussão com a Direção da RNP, a Comissão de Avaliação concluiu que as metas pactuadas para cada um dos indicadores passíveis de acompanhamento apresentam tendência de alcance.

2.11 Relatório dos Investimentos Governamentais em C,T&I nas microempresas e empresas de pequeno porte

O relatório referente aos Investimentos Governamentais em C,T&I nas microempresas e empresas de pequeno porte (ano 2012) foi elaborado pela SETEC e está disponível no site do MCTI.

2.12 Relatório Anual sobre a Política de Propriedade Intelectual das Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs)

O relatório foi elaborado, impresso e distribuído (ano 2012), bem como se encontra disponível no site do MCTI.

3. ATIVIDADES DE SUPORTE À POLÍTICA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

As atividades de suporte visam permitir a manutenção das atividades de monitoramento de forma a garantir qualidade, confiabilidade e disponibilidade de dados e informações.

3.1 Revisão metodológica dos Indicadores Nacionais de C,T&I

Foi elaborado um estudo que gerou a Nota técnica nº 01/2013 – CGIN/ASCAV/SEEXEC/MCTI: Estimação dos dispêndios em pesquisa e desenvolvimento (P&D) e atividades científicas e técnicas correlatas (ACTC) dos municípios brasileiros, que foi submetido à Comissão Permanente de Indicadores e à Coordenação de Contas Nacionais - CONAC, do IBGE para análise e parecer.

Também foi elaborado outro estudo que gerou a Nota técnica nº 02/2013 – CGIN/ASCAV/SEEXEC/MCTI: Metodologias aplicadas à estimação das frequências absoluta e relativa de pesquisadores do setor empresarial por sexo, que foi submetido à Comissão Permanente de Indicadores e à Coordenação da Pesquisa de Inovação (PINTEC), do IBGE para análise e parecer.

Neste momento está sendo elaborada a "Proposta de metodologia para estimativa dos dispêndios em pesquisa e desenvolvimento (P&D) no ensino superior". Além disso, continuam sendo realizadas reuniões periódicas com a CONAC, para discussão de aperfeiçoamentos.

A metodologia de mensuração dos dispêndios dos governos estaduais em ciência e tecnologia foi aperfeiçoada, desdobrando a informação da natureza de despesa, se possível, até o nível de subelemento de despesa (categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação, elemento de despesa e o desdobramento do elemento de despesa - natureza de despesa detalhada ou subelemento de despesa), passando a trabalhar, sempre que possível, com unidade orçamentária e/ou unidade gestora, função, subfunção, programa, ação e natureza de despesa. A mesma granularidade foi aplicada ao levantamento dos dispêndios do governo federal em ciência e tecnologia.

Finalmente destaca-se a criação de um capítulo dedicado aos indicadores de inovação no Portal dos Indicadores Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação (www.mcti.gov.br/indicadores), onde são apresentadas tabelas com alguns indicadores de inovação das Indústrias Extrativas e de Transformação e, atividades selecionadas de Serviços, da Pesquisa de Inovação Tecnológica (Pintec) realizada pelo IBGE.

3.2 Consolidação da Rede de Indicadores Estaduais de C&T

Foi realizada a II Reunião da Rede de Indicadores Estaduais de Ciência, Tecnologia e Inovação (RIECTI), antiga Rede de Indicadores Estaduais de Ciência e Tecnologia (RIEC&T), em Recife, Pernambuco, em 24 e 25 de julho de 2013, na Representação Regional do Nordeste – RENE, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI. Durante a abertura foi feito o lançamento da publicação digital Indicadores Estaduais de Ciência e Tecnologia – 2011, que além de uma versão com um folder que contem um CD, está disponível no site do MCTI. Nessa ocasião, estiveram representadas 21 unidades da federação, através de 34 pessoas.

3.3 Elaboração de estatísticas orçamentárias

As unidades da SEXEC responsáveis pela atividade têm trabalhado sob demanda do Secretário Executivo no sentido de lhe prestar assessoria especializada em dados provenientes do SIAFI. Tal atividade tornou-se rotineira e será mantida em 2014.

A CGPG/ASCAV elaborou Nota informativa nº 3/2013-ASCAV/SEXEC/MCTI de 22 de abril de 2013, que abordou a execução do PPA 2012-2015 e LOA 2012, visto que somente no início de 2014 é que se fechou o exercício de 2013. A CGPG/ASCAV ao longo do ano passou a gerar, de uma forma mais simplificada, um acompanhamento semanal (gráficos) sobre o desempenho orçamentário/financeiro do MCTI e das suas entidades vinculadas de 2013. Essas informações são repassadas a Secretaria-Executiva do MCTI.

Cabe esclarecer que trabalho mais específico é realizado pela Coordenação-Geral de Orçamento do MCTI que supre o Gabinete do Ministro, bem como a Secretaria Executiva com informações mais completas sobre o assunto.

3.4 Consolidação e atualização de base de dados de projetos apoiados pelo FNDCT

A base de dados de projetos dos Fundos Setoriais foi atualizada até janeiro 2014. Engloba 35.089 projetos, sendo 26.032 projetos do CNPq (1997 a 2013) e 9.057 projetos da Finep (1999 a 2013); 99.572 pesquisadores e 62.296 currículos do *lattes*. Em 2014, pretende-se atualizar os dados dos quase 100 mil pesquisadores envolvidos.

3.5 Produção de Indicadores de Monitoramento sobre as políticas, programas e ações do MCTI

Os indicadores tradicionalmente utilizados foram mantidos, sendo que no caso dos Indicadores dos Programas do PPA 2012-2015, esses foram revisados e discutidos a partir de trabalho desenvolvido pela Secretaria de Planejamento e Investimento (SPI/MP). Cabe salientar que a responsabilidade de apuração desses indicadores é da própria SPI que conta com a colaboração do MCTI visto que alguns dos indicadores dos Programas são gerados pela Coordenação-Geral de Indicadores (CGIN/ASCAV) do MCTI. Existe a previsão que para 2014 esse trabalho seja intensificado junto aos órgãos e entidades vinculadas.

3.6 Criação do Portal dos Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs)

Em 2013, a Secretaria de Ciência e Tecnologia (SECIS/MCTI) encaminhou ao IICA solicitação de contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos em arquitetura da informação e *design* gráfico para a elaboração da arquitetura da informação e do projeto gráfico do portal na internet da rede de Centros Vocacionais Tecnológicos – CVT do Brasil. O edital encerrou-se no dia 16/12/2013 e não houve comparecimento de nenhuma empresa interessada na contratação.

Contudo, em 26/2/2014, encaminhamos proposta da 3ª revisão do Projeto de Cooperação Técnica (PCT) “Fortalecimento da Capacidade Técnica, Institucional e Operacional” da SECIS/MCTI no PCT BRA/IICA/08/001, quanto ao acordo de cooperação referente ao Processo MCTI nº 01200.004789/2007-69, a ser assinado entre

o governo da República Federativa do Brasil e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA).

O PCT BRA/IICA/08/001 tem contribuído positivamente para que a SECIS supere vários desafios relacionados à melhoria da sua gestão e à implementação dos diversos programas e ações sob sua responsabilidade, como a popularização e difusão da ciência, a extensão tecnológica, a inclusão digital, os centros vocacionais tecnológicos, o apoio às tecnologias sociais e assistivas, entre outras.

Nesse sentido e visando dar continuidade aos trabalhos solicitamos a ampliação do prazo de vigência do PCT até 06 de outubro de 2015, possibilitando assim, que a cooperação técnica proporcionada pelo PCT BRA/IICA/08/001 favoreça a consolidação do papel da SECIS na promoção do desenvolvimento social por meio da difusão do conhecimento científico e tecnológico.

No momento, portanto, estamos aguardando a prorrogação do prazo de vigência do projeto IICA citado, que se encerrará em Abril de 2014, para readequarmos o Edital com critérios diferentes, para que não haja novamente licitação deserta.

Se, porventura, o projeto IICA não for prorrogado, o Portal dos Centros Vocacionais Tecnológicos será desenvolvido com outras fontes de recursos, a ser discutido posteriormente com os responsáveis técnicos e dirigentes da SECIS.

O Portal dos CVT será integrado com o banco de dados de APLs existente no IBICT. Com isso, teremos o acesso imediato a todas informações dos CVTs como: a) cursos que estão sendo ministrados b) número de pessoas capacitadas c) publicações dos CVTs d) dados básicos dos CVTs (localização, coordenadores, telefones de contato, site e etc). Além disso, será criada uma rede social, nos moldes do *Facebook*, para comunidades temáticas dos CVTs, a fim de troca de experiência, informações e socialização dos conhecimentos adquiridos. Servirá também como instrumento de gestão para se medir a eficácia/efetividade de cada um deles. Para 2014 deverá ser feita contratação para a capacitação dos coordenadores de CVTs para utilização desta ferramenta.

3.7 Mapeamento de políticas de Inclusão Digital do Governo Federal

Após avaliação do estudo encomendado pela SECIS ao CGEE – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, intitulado “Desafios e Estratégias para a Inclusão Digital: Subsídios para o Programa Nacional de Banda Larga” a Secretaria encomendou nova pesquisa com cuja proposta é verificar: “O papel desempenhado pelos Telecentros no processo de implantação e desenvolvimento das Cidades Digitais”.

O universo da pesquisa será composto por Telecentros e Cidades Digitais apoiados pela Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (SECIS/MCTI), no âmbito de suas ações de Inclusão Digital compreendidos entre os períodos de 2003 a 2013.

Será levado em consideração o contexto de vigência do governo eletrônico no Brasil em que ocorre a apropriação dos dispositivos tecnológicos por parte dos gestores municipais, especificamente no caso empírico dos municípios participantes da implantação de Cidades Digitais.

O objetivo geral da pesquisa é analisar a participação dos Telecentros no processo de implantação das Cidades Digitais. Nesse sentido, são também propostos os seguintes objetivos específicos:

- a) Identificar os principais conceitos que compõem o modelo de Telecentros e de Cidades Digitais utilizados pelo MCTI;
- b) Descrever os principais aspectos geográficos, socioeconômicos e demográficos das Cidades Digitais em estudo;
- c) Identificar as principais características dos Telecentros em estudo, sobretudo no que se refere à instituição responsável, localização no município, parque tecnológico, recursos humanos e proposta de intervenção, dentre outras;
- d) Identificar o papel formalmente atribuído aos Telecentros nas propostas de implantação das Cidades Digitais encaminhadas pelas Prefeituras ao Governo Federal;

e) Levantar, junto a gestores municipais e monitores dos Telecentros, potenciais facilitadores e dificultadores para o desenvolvimento do papel formalmente atribuído aos Telecentros no processo de implantação das Cidades Digitais.

A SECIS vem estudando a melhor forma de atender as orientações contidas no estudo apresentado pelo CGEE, tendo em vista o lançamento do novo programa de cidades digitais pelo Ministério das Comunicações, que trouxe para a mesa de discussão a pouca atratividade de um programa que replicasse apenas o que já passava a ser apoiado pelo MC. O estudo da CGEE propôs a SECIS repensar o próprio programa de cidades digitais e propor um novo programa de Cidades Inteligentes com possibilidades bem mais interessantes de um apoio substantivo a partir do próprio MCTI, especialmente pelo que engendra de participação da comunidade científica e de organização de agendas ousadas de pesquisa e desenvolvimento.

Para o ano de 2014, a SECIS, através do DEARE - Departamento de Ações Regionais, vem empenhando seus esforços na Análise projeto, Execução e Acompanhamento de diversos projetos aprovados e apoiados, na sua grande maioria, através de Emendas Parlamentares de 2012, 2013 e 2014 referentes ao Programa 2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia, da Ação Orçamentária 20V8 – Apoio a Projetos de Inclusão Digital.

3.8 Suporte ao Monitoramento e Avaliação das Atividades de Fomento do CNPq

Em 2013, tal atividade transcorreu, tal como em outros anos, de maneira satisfatória e rotineira. Pretende-se mantê-la em 2014.

3.9 Implantação do Projeto de Modernização de Processos e Sistemas de Informação da FINEP – MODERNIZE

O Projeto MODERNIZE é um projeto com seis (6) fases previstas. A fase cinco (5) foi desenvolvida em conjunto com a TOTVS S.A. Esta etapa consistiu no desenvolvimento de produtos envolvendo diferentes domínios com elevado grau de complexidade, tais como, Modelagem de Processos de Negócio e de TI, Estudos de Viabilidade Técnica e

Econômica (EVTE) para Soluções de TI, Segurança da Informação, Continuidade de Negócios, Planos de Gestão de Arquiteturas, Planos de Implementação, entre outros, que norteariam a implementação de uma solução integrada para a FINEP.

O Projeto MODERNIZE encerrou a fase cinco (5) em 31 de dezembro de 2012. A Diretoria Executiva da FINEP, através da RES/DIR 0188/13, autorizou o início da fase seis (6) do Projeto em 26 de abril de 2013.

Com a autorização do início da fase seis (6), foi identificado que a FINEP possuía diversas iniciativas em andamento, relacionadas às áreas operacionais da empresa, visando melhorias na eficiência operacional (FINEP 30 Dias), tendo como consequência um aumento no volume de operações da empresa.

Devido ao novo cenário encontrado, a utilização do modelo “*big bang*” para a implantação da solução integrada demandaria um grande volume de recursos alocados pela FINEP o que – uma vez consideradas as iniciativas já iniciadas – elevaria o risco de implementação. Isto levou a uma revisão da abordagem de implementação recomendada.

A nova abordagem proposta permitia a divisão da implantação em ondas. A fim de detalhar o escopo da primeira onda de implantação, todos os requisitos mapeados na fase cinco (5) foram revisitados, priorizando os requisitos que constituem a base administrativa-financeira da FINEP e os que endereçam os pontos – chave dos sistemas atuais.

A primeira onda contempla a implantação de 11 dos 34 macroprocessos da cadeia de valor proposta para a FINEP e representa 56% do total dos requisitos funcionais mapeados na fase cinco (5) do projeto.

3.10 Revisão da metodologia de avaliação do Programa de Subvenção Econômica

A Finep vem desenvolvendo esforços de aperfeiçoamento dos macroprocessos finalísticos. No exercício de 2013 foram definidas as bases e conceitos para a contratação de serviços técnicos profissionais especializados para desenvolvimento e implantação do Sistema Finep 30 Dias – Convênios.

A Finep implantou em 2013 o sistema Finep 30 Dias para as operações reembolsáveis. O desenvolvimento desse sistema é uma consequência do papel central da inovação e da Finep no Plano INOVA Empresa lançado pela Presidenta da República em março de 2013. O sistema é uma metodologia inovadora que reduz prazos, aumenta a transparência e padroniza a qualidade das análises das operações reembolsáveis. Seu principal atributo é a garantia de resposta ao cliente em um prazo de 30 dias a partir da apresentação da empresa e do projeto de inovação. O mesmo se baseia em 86 indicadores que permitem avaliar o risco de crédito e a trajetória de inovação da empresa, bem como a qualidade e mérito do projeto de inovação proposto. Esses indicadores orientam a tomada de decisão.

O projeto Finep 30 Dias – Convênios prevê o desenvolvimento e a implantação de novas metodologias e sistemas para a operação da Modalidade Não Reembolsável, bem como, do Modelo de Avaliação Integrado – MAI dos instrumentos do FNDCT operados pela Finep.

Um das dificuldades envolvidas no processo é a complexidade dos modelos de avaliação de resultados e impactos das políticas de CT&I. Esta é inerente às políticas públicas de modo geral, e se intensifica no caso das intervenções em CT&I. Tal fato decorre, do risco dos projetos e programas de inovação, bem como, da dificuldade em isolar os efeitos de uma intervenção dos efeitos de outras políticas ou de variações nas condições do ambiente macroeconômico.

Em 2013, a Finep continuou buscando a capacitação técnica necessária para dialogar com os principais grupos no Brasil que trabalham com avaliação de políticas, programas e projetos de CTI. Um exemplo desse esforço foi a participação da empresa no curso “Avaliação em Ciência, Tecnologia e Inovação” realizado no V Seminário da Rede Nacional de Monitoramento e Avaliação realizado na UNICAMP em 2013.

As metodologias previstas no Finep 30 dias – Convênios, e que, incluem os processos relacionados aos contratos de subvenção, envolvem: divulgação de resultados em 30 dias, contratação em 60 dias após a divulgação de resultados, redução da burocracia, facilitação da execução e prestação de contas, funcionamento *on-line*, análise e acompanhamento com foco em resultados, reestruturação de processos para redução do ciclo de vida dos convênios, acumulação de conhecimento, e estruturação e sistematização de informações.

3.11 Plataforma Aquarius

Em seu atual estágio, a Plataforma Aquarius tem arquitetura bastante simplificada. Tal arquitetura suporta a exibição de três painéis com informações sobre Dispêndios do MCTI e dispêndios vinculados (dados oriundos do SIAFI), Fundos Setoriais (dados oriundos da FINEP e do CNPq) e Convênios (dados oriundos do SICONV). Esta em fase final de elaboração painel com informações sobre bolsas do CNPq e painel com informações sobre produção científica, tecnológica e artística a partir de dados extraídos da Plataforma Lattes.

Além dos painéis referenciados, estão em curso atividades de modelagem e automação de processos, envolvendo processos associados à Lei de Informática (Processo de Concessão e Incentivos da Lei da Informática; Cadastro e perfil de empresa; Gestão de Senhas; Alteração de dados jurídicos e/ou societários da empresa; Consulta/Alteração do perfil da empresa; Alterar e comunicar NCM; Inclusão de Modelos) e às compras públicas (Planejamento da Contratação; Seleção de Fornecedores; Gestão de Contratos; Captação de dados do Relatório Demonstrativo Anual).

O segundo conjunto de processos já está em fase de andamento. O primeiro conjunto ainda está em fase de automação, devendo ser entregue até meados de 2014.

4. ATIVIDADES DE CAPACITAÇÃO

Em razão do ineditismo da proposta e da necessidade de qualificação específica para a realização da mesma, o PAMA 2013 elencou três atividades de capacitação a serem realizadas ao longo do ano.

5.1 Curso básico de avaliação

Em virtude da incorporação de servidores, pela CGPG/ASCAV, com experiência em avaliação não houve necessidade de realizar tal curso no nível básico. De fato, tais servidores, ministraram cursos e palestras em eventos nacionais e internacionais sobre o tema.

5.2 Curso de avaliação em CT&I

Também em razão da experiência dos servidores incorporados à CGPG/ASCAV não houve necessidade de realizar tal curso.

5.3 Curso Básico de Contas Nacionais

O curso ministrado por servidores do IBGE foi realizado nas dependências do MCTI e teve como corpo discente servidores deste ministério lotados na CGPG/ASCAV, CGIN/ASCAV, bem como de outras unidades do MCTI.

Além das atividades de capacitação, a equipe da ASCAV envolvida no PAMA/2013 também realizou diversas outras atividades que tanto a capacitaram para executar M&A, quanto difundiram conhecimentos em M&A. Dentre estas atividades destacam-se:

- Negociação para participação do MCTI na Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação – RBMA e na Rede Brasileira de Prospectiva, com debates e apresentações em duas reuniões da CPMA;
- Minicurso ministrado por servidor lotado na CGPG/ASCAV no I Congresso regional da RBMA, em Fortaleza/CE;

- Minicurso ministrado por servidor lotado na CGPG/ASCAV no V Seminário Nacional da RBMA, em Campinas/SP;
- Artigo elaborado por servidores lotados na CGPG/ASCAV aprovado para publicação no periódico AVAL, intitulado “Institucionalização da Avaliação no MCTI”;
- Artigo elaborado por servidor lotado na CGPG/ASCAV intitulado “Desafios da Avaliação em Políticas de Inovação no Brasil” publicado na Revista do Serviço Público;
- Apresentação sobre o cenário da avaliação em CT&I no Brasil, com foco no MCTI, realizada pela CGPG/ASCAV no seminário internacional “*Evaluación de la investigación e investigadores: nuevos enfoques para un abordaje multidimensional*”, em Montevideu no Uruguai;
- Capacitação de servidores lotados na ASCAV em elaboração de Termo de Referência e Projetos Básicos, Indicadores de Desempenho e SIAFI.

CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

Os desafios enfrentados nessa primeira edição do Plano Anual de Monitoramento e Avaliação foram muitos e complexos. Contudo, o esforço da equipe da ASCAV, bem como dos membros da CPMA permitiu grande aprendizado institucional. Tal aprendizado está sendo útil na preparação e planejamento do PAMA/2014.

Muito embora a confecção do PAMA 2013 tenha sido fruto de trabalho conjunto com as Secretarias Finalísticas, verificou-se uma fraca articulação entre as diversas atividades de monitoramento e avaliação. Isto se deve ao ineditismo da proposta e pela fraca interação das políticas. Consequentemente, as diferentes atividades elencadas no PAMA/2013 não foram suficientemente encadeadas e não possuíam uma linha lógica única. Tornando o documento um tanto extenso e difuso.

Também em razão da pouca experiência institucional e do ineditismo da proposta, as reuniões da CPMA deixaram de provocar discussões mais complexas, concentrando-se, quase sempre, em informes de ordem geral.

Consequentemente e muito embora a relevância das ações descritas no PAMA/2013 observou-se certa perda de aderência entre as demandas da alta gestão e estas atividades. Ou seja, as necessidades da alta gestão não estavam expressas diretamente no PAMA, fato este que dificultou sua execução.

O transcorrer dos trabalhos evidenciou que ainda é preciso amadurecer a forma pela qual os resultados, principalmente, das avaliações são empregados, tanto no que se refere à transparência e à responsabilização (*accountability*), quanto à incorporação das recomendações na gestão estratégica do MCTI.

Nesse contexto, a elaboração do PAMA/2014 deve, então, considerar o aprendizado institucional já incorporado e permitir que o próximo Plano, seja mais coerente com as circunstâncias do M&A no MCTI.

De fato, ao executar o PAMA 2013, a equipe da ASCAV se deparou com a falta de um processo rotineiro, encadeado e sistematizado de contração de avaliações de execução de monitoramento. De forma geral, observou-se que as atividades de M&A executadas no Ministério ainda são um tanto personificadas e pouco codificadas. Foi comum encontrar atividades de M&A relevantes para uma determinada área, mas

completamente desconhecidas por ela. Também se observou a inexistência de um processo comum de contratação, elaboração e divulgação de estudos de avaliação. Ou seja, o Ministério pouco conhece as avaliações que demanda, bem como, as demanda de forma pouco articulada. Consequentemente, tem-se uma baixa aplicação dos achados dos inúmeros relatórios de avaliação.

Nesse sentido, pode-se afirmar que as atividades de M&A no Ministério precisam ser organizadas no sentido de fornecer informações seguras e úteis à gestão da política nacional de CT&I.

Em razão dos problemas identificados nessa primeira iniciativa, o PAMA 2014 se concentrará na realização de um extenso mapeamento das avaliações já contratadas pelo Ministério, bem como, num esforço de meta-avaliação piloto, que visa identificar qualidade dos estudos de avaliação entregues e a viabilidade dos processos de contratação, divulgação e incorporação dos achados destes estudos.

Assim, o PAMA 2014 tem por objetivo montar e analisar uma biblioteca de avaliações de forma a construir uma competência interna capaz de garantir que os achados das avaliações tenham impacto real na gestão da política pública.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, A. M.; BIN, A.; RAUEN, A. T. Avaliação em Ciência, Tecnologia e Inovação. V Seminário Nacional da Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação. Campinas, 2013.

MARANHÃO, Tatiana de P. A. "*Evaluation of Science, Technology and Innovation Policy in Brazil: high complexity and new methodological frontiers*", in Seminario-Taller Internacional sobre evaluación de investigadores y equipos de investigación para la innovación y el desarrollo. Montevideo, 24 e 25 de setembro de 2013. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO. Portaria nº137, de 19 de fevereiro de 2013.

_____. Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – ENCTI (2012 – 2015). Brasília, 2012. Disponível em: <http://livroaberto.ibict.br/docs/218981.pdf>

_____. Investimento Governamentais em CT&I nas microempresas e empresas de pequeno porte. Relatório 2012. Brasília, 2013. Disponível em: http://www.mct.gov.br/upd_blob/0226/226820.pdf

_____. Nota informativa nº 03/2013-ASCAV/SEXEC/MCTI: Acompanhamento da Execução Física e Orçamentário-Financeira dos Programas e Ações. Brasília, 2013.

_____. Nota técnica nº 01/2013 – CGIN/ASCAV/SEXEC/MCTI. Estimação dos dispêndios em pesquisa e desenvolvimento (P&D) e atividades científicas e técnicas correlatas (ACTC) dos municípios brasileiros. Brasília, 2013.

_____. Nota técnica nº 02/2013 – CGIN/ASCAV/SEXEC/MCTI: Metodologias aplicadas à estimação das frequências absoluta e relativa de pesquisadores do setor empresarial por sexo. Brasília, 2013.

_____. Plano Anual de Monitoramento e Avaliação 2013. Brasília, 2012.

_____. Plataforma Aquárius. Disponível em: <http://aquarius.mcti.gov.br/app/>

_____. Portaria nº 397, de 5 de junho de 2012a, disponível em <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/342838.html>

_____. Rede de Indicadores Estaduais de Ciência e Tecnologia – 2011. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/337181.html>

_____. Relatório Anual da Utilização dos Incentivos Fiscais da Lei do Bem – 2012. Brasília, 2013. Disponível em: http://www.mct.gov.br/upd_blob/0229/229781.pdf

- _____. Relatório de Gestão do Exercício de 2012 – CNEN. Rio de Janeiro, 2013.
Disponível em: <http://www.cnen.gov.br/acnen/relatorios/rel-gestao-2012.pdf>
- _____. Relatório FORMICT – 2012. Brasília, 2013. Disponível:
http://www.mct.gov.br/upd_blob/0227/227723.pdf
- _____. Relatório Semestral – 2013 (CGEE). Brasília, 2013. Disponível em:
http://www.mct.gov.br/upd_blob/0230/230358.pdf
- _____. Relatório Semestral – 2013 (CNPEM). Brasília, 2013. Disponível em:
http://www.mct.gov.br/upd_blob/0230/230357.pdf
- _____. Relatório Semestral – 2013 (IDSM). Brasília, 2013. Disponível em:
http://www.mct.gov.br/upd_blob/0230/230359.pdf
- _____. Relatório Semestral – 2013 (IMPA). Rio de Janeiro, 2013. Disponível em:
http://www.mct.gov.br/upd_blob/0230/230355.pdf
- _____. Relatório Semestral – 2013 (RNP). Brasília, 2013. Disponível em:
http://www.mct.gov.br/upd_blob/0230/230360.pdf
- _____. Termos de Compromisso de Gestão. Disponível:
http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/1163/Termos_de_Compromisso_de_Gestao_TCG.html
[ChromeHTML.GEIZC4PAEONYJYTBNGKZUGNSOY/Shell/Open/Command](http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/1163/Termos_de_Compromisso_de_Gestao_TCG.html)
- RAUEN, A. T. Desafios da avaliação em políticas de inovação no Brasil. Revista do Serviço Público, v. 64, p. 427, 2013.
- RAUEN, A. T., MARANHÃO, T. Institucionalização da Avaliação em CT&I. Revista AVAL (Prelo).
- RAUEN, A. T. Avaliações de impacto da Lei do Bem. Seminário Nacional de Avaliação da Lei do Bem. Brasília, 2013.
- RAUEN, André Tortato. Método Multidimensional de Avaliação de Impactos da P&D Workshop. I Seminário Nordeste da Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação. Fortaleza, 2013.